



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
CURSO DE BACHARELADO E LICENCIATURA EM PSICOLOGIA**

MÁRCIO MEDEIROS DE SOUSA

**REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A PRÁTICA DO ESTÁGIO
SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA ESCOLAR/EDUCACIONAL**

CAMPINA GRANDE

2017

MÁRCIO MEDEIROS DE SOUSA

**REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A PRÁTICA DO ESTÁGIO
SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA ESCOLAR/EDUCACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Psicologia.

Área de concentração: Saúde.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Cristina Rabelo
Loureiro

CAMPINA GRANDE

2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do Trabalho de Conclusão de Curso.

S725r Sousa, Marcio Medeiros de.
Reflexões teóricas sobre a prática do estágio supervisionado em psicologia escolar/educacional [manuscrito] / Marcio Medeiros de Sousa. - 2017
21 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2017.

"Orientação : Profa. Dra. Ana Cristina Rabelo Loureiro, Coordenação do Curso de Psicologia - CCBS."

1. Psicologia educacional. 2. Psicologia escolar. 3. Estágio supervisionado.

21. ed. CDD 370.15

MÁRCIO MEDEIROS DE SOUSA

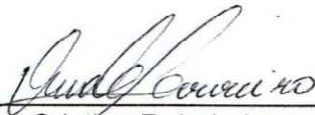
REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A PRÁTICA DO ESTÁGIO
SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA ESCOLAR/EDUCACIONAL

Artigo apresentado ao Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Área de concentração: Saúde.

Aprovada em: 06/12/2017.

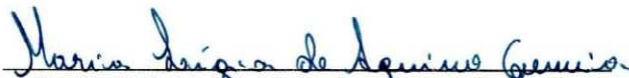
BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Rabelo Loureiro (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^o. Dr^o. José Andrade Costa Filho
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^a. Dr^a. Maria Lígia de Aquino Gouveia
Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

SUMÁRIO

Introdução.....	4
Método.....	5
Percurso Histórico da Psicologia Escolar/ Educacional no Brasil.....	5
A formação/atuação do psicólogo escolar/educacional.....	9
O Estágio como ferramenta de aprendizado.....	11
Pesquisas científicas sobre o Estágio em Psicologia Escolar/Educacional	14
Considerações Finais.....	20
Referências Bibliográficas.....	21

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A PRÁTICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA ESCOLAR/EDUCACIONAL

Márcio Medeiros de Sousa

RESUMO

O estágio em Psicologia Escolar/Educacional se constitui como uma relevante temática, uma vez que este tipo de recurso é um pré-requisito obrigatório na formação profissional dos graduandos em Psicologia, tendo como principal foco capacitar o estudante para uma formação fundamentada na relação teoria-prática. Assim, este estudo teve como objetivo analisar o conteúdo da produção de literatura sobre a prática do estágio supervisionado em Psicologia Escolar/Educacional, refletir sobre a formação do psicólogo, suas dificuldades e desafios. Trata-se de uma revisão de literatura sistemática, na qual foram realizados levantamentos de artigos nacionais na base de dados Scielo e em capítulos de livros que abordam estudos empíricos realizados com estagiários da área, com o intuito de realizar um breve mapeamento da produção do conhecimento sobre o tema de estágio em Psicologia. Os resultados obtidos na análise da literatura investigada evidenciaram inúmeros avanços teóricos, no que se refere à importância do estágio na formação profissional, entretanto indicou a dificuldade dos currículos acadêmicos romperem com as práticas tradicionais e se estruturarem alinhando conhecimento teórico-prático, ofertando conteúdos que contemplem as novas demandas sociais.

Palavras-Chave: Estágio. Psicologia Educacional. Experiência.

Introdução

Desde a instituição da lei do Estágio, através da Lei 6.494, em 7 de dezembro de 1977, regulamentada em 1982, o estágio tornou-se um pré-requisito obrigatório em praticamente todos os cursos de graduação do Brasil, tendo como principal finalidade propiciar ao aluno uma oportunidade prática de aplicar seus conhecimentos. Especificamente em Psicologia Escolar/Educacional, os estudos sobre o estágio evidenciam a raridade na atuação fora do contexto estritamente escolar (SILVA 2009; LARA 2015;).

Percebe-se que as expectativas frente aos estagiários que optam por uma abordagem educacional permanecem ancoradas em uma concepção tradicional de atuação do psicólogo escolar. Historicamente, isso se explica

pela constituição da Psicologia Escolar/Educacional no Brasil a qual esteve ligada à psicanálise e à psicometria, com um predomínio do modelo clínico de atuação, voltada apenas para o diagnóstico dos problemas de aprendizagem dos alunos (ALMEIDA, 1999).

Outro aspecto que contribui para que os estagiários de Psicologia mantenham suas expectativas de estágio numa perspectiva tradicional, pode estar relacionado à própria formação do psicólogo escolar/educacional que, em muitas unidades formadoras, fundamenta-se numa abordagem médico-remediativa. Tal abordagem tem sido considerada incompatível com o contexto de atuação do psicólogo escolar/educacional, já que não é suficiente para atender às demandas da realidade atual, impossibilitando, assim, uma intervenção significativa dentro do seu ambiente profissional (MALUF & CRUCES, 2008). Entretanto, cabe ressaltar o crescimento da produção e pesquisa bibliográfica que questiona tais práticas e tenta direcionar as intervenções para uma perspectiva crítica (YAMAMOTO, 1999; ANDRADA 2005; GUZZO et. al. 2010; MARTINS, 2012).

Desse modo, torna-se relevante que se realizem discussões teóricas acerca da temática do estágio, de forma que estas possam suscitar, tanto nos profissionais como nos estudantes de Psicologia, reflexões sobre a formação e atuação de psicólogos, abrindo novas perspectivas de ação-reflexão. Diante dessas considerações, o presente estudo tem como objetivo analisar a produção literária sobre a prática de estágio em Psicologia Escolar/Educacional. Além disso, busca refletir sobre a formação deste profissional, suas dificuldades e desafios. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica nas bases de dados: Scielo e em capítulos de livros que abordam estudos empíricos realizados com estagiários da área.

MÉTODO

O presente estudo foi desenvolvido mediante revisão bibliográfica, de forma sistemática, sobre tema analisado, através de consulta a livros, revistas e artigos científicos. Para Fonseca (2002), qualquer trabalho científico se inicia com uma pesquisa bibliográfica, pois esse processo permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. A pesquisa bibliográfica é feita

a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos em livros e/ou artigos.

Esse tipo de estudo não tem por objetivo a reiteração daquilo que já foi anteriormente afirmado, mas pretende dar ao tema um novo enfoque, suscitando novas reflexões de práticas profissionais (MARCONI & LAKATOS, 2007-2008).

Nesse sentido, foram realizados levantamentos sobre a temática, através de artigos científicos, revistas, periódicos na base de dados Scielo, nos períodos de 2005 a 2012 e em capítulos de livros. Os artigos foram selecionados considerando apenas as publicações que atendiam aos objetivos da pesquisa, não considerando intervalos temporais de produção.

Percurso Histórico da Psicologia Escolar/ Educacional no Brasil

Historicamente, o início da prática da Psicologia Escolar/Educacional no Brasil foi marcado por uma perspectiva individualista e diagnosticadora. Concordando com Antunes (2011), a relação entre Psicologia e Educação faz parte da própria história do pensamento humano. Na busca de uma educação de qualidade, a origem da Psicologia Escolar/Educacional esteve ligada à psicanálise e à psicométrica, em especial, à aplicação de testes psicológicos, com predomínio de um modelo clínico de atuação, voltado para o diagnóstico de problemas de aprendizagem de alunos (ALMEIDA, 1999).

Segundo Antunes (1998), não se pode falar na consolidação da Psicologia Escolar/Educacional sem mencionar a grande contribuição dada pelas escolas normais ainda no período colonial. A Psicologia era lecionada dentro do curso de formação de professores de educação básica. Além disso, havia muitos livros de professores dessas instituições que tratavam de temas ligados à Psicologia, espalhados pelo Brasil.

Segundo Pfromm Neto (1981), no século XIX as escolas normais foram responsáveis pela criação dos primeiros laboratórios de Psicologia no Brasil, com destaque para a instalação do primeiro laboratório de Psicologia pedagógica. Nesse período, as escolas normais, com o intuito de formar um corpo docente competente e adequado quanto às necessidades do sistema educacional brasileiro, procuravam elaborar e instruir seus alunos em uma

metodologia científica do ensino, inspirada nos modelos europeus e norte-americanos. Somente em 1980 a Psicologia foi aprovada como disciplina obrigatória nos currículos de todas as escolas normais.

Maluf e Cruces (2008) argumentam que no século XX a relação entre a Pedagogia e a Psicologia se estabelece com laços mais fortes. Nas escolas, a atuação do psicólogo era restrita a procedimentos técnicos, na diferenciação de competências individuais, além disso, o discurso durante as intervenções permanecia pautado em explicações reducionistas, colocando o indivíduo como único responsável pelo seu rendimento escolar, que, por muitas vezes, tinha ênfase no fracasso do alunado (MALUF & CRUCES, 2008).

Durante esse período, a atuação do psicólogo na escola fundamentava-se numa perspectiva positivista, ancorada nos conhecimentos psicométricos e o atendimento era estritamente clínico, utilizando testes psicológicos para mensuração de competências individuais e elaboração de diagnósticos.

Esse modelo de atuação do psicólogo constituía-se como algo segregador, no qual os testes tinham como principal finalidade identificar as diferenças individuais e realizar, assim, classificações, nomeando alunos como aptos e não aptos para o processo educativo (ANDRADA, 2005).

O perfil positivista de atuação do psicólogo escolar/educacional baseado no padrão de normalidade, de acordo com Souza (2002), começa a ser questionado a partir de 1980. Nesse contexto, segundo Barbosa (2012), é importante destacar a tese de doutorado de Maria Helena de Souza Patto, intitulada *Psicologia e Ideologia: Reflexões sobre a Psicologia Escolar* (1981). Em sua tese, Patto critica a Psicologia pautada no positivismo, na psicometria e na Psicologia Diferencial, além de discutir a atuação que se caracterizava pelos processos de culpabilização do aluno pelos seus problemas educativos. Começou-se a enfatizar a necessidade de romper com as teorias adaptativas, buscando a construção de uma práxis contextualizada, histórica e culturalmente frente às queixas escolares (SOUZA, 2009).

Mais especificamente, a perspectiva crítica evidenciava a necessidade de uma atuação pautada no compromisso político-social, articulada com a realidade brasileira, buscando a compreensão dos fenômenos escolares, levando em consideração aspectos sociais, históricos, políticos e culturais.

O novo perfil do psicólogo escolar/educacional, ancorado em uma perspectiva crítica de atuação, rompe com o pensamento positivista e com a busca por culpados em relação ao fracasso escolar, fundamentando sua prática em uma análise mais profunda e crítica no processo de ensino e aprendizagem. Essa nova forma de atuação não deve mais ser restrita a diagnósticos de problemas, entretanto devem ser promovidas ações de educação permanente e de qualidade de vida (BARBOSA & SOUZA, 2012).

Dentre as diretrizes atuais desenvolvidas no campo da Psicologia Escolar/Educacional, é possível apontar para uma crescente inserção dos psicólogos nos diferentes contextos que visam contribuir para o desenvolvimento humano, nos mais diversos espaços educativos, como consultoria em Psicologia Escolar/Educacional, instituições de acolhimento, Psicologia Escolar/Educacional no ensino superior, na saúde e nas políticas públicas (DIMENSTEIN, 1998; SILVA, 2009; SOUZA e SCHNER, 2009; SAMPAIO, 2011).

Para Martinez (2005), essa inserção se dá principalmente pelo olhar mais crítico e abrangente da Psicologia e as reformulações nos programas de formação do psicólogo escolar/educacional, que visa prepará-lo para todas as demandas educativas dentro e fora da escola. Contudo, cabe ressaltar que, apesar do novo olhar voltado à prática do psicólogo escolar/educacional, Maluf & Cruces (2008) salientam que, dentro do cenário brasileiro ainda é possível encontrar práticas voltadas fortemente atreladas ao modelo clínico e individualizante, influenciadas pela prática tradicional.

Segundo Câmara (2004), tal fato pode ser explicado pelos frequentes questionamentos dos alunos e estagiários, sobre a tendência dos cursos de Psicologia em privilegiarem uma formação clínica, contrariamente a uma perspectiva generalista para apesar da formação ser dita generalista. Percebe-se que há uma desproporção na oferta de componentes curriculares, privilegiando aqueles que apresentam teorias clássicas da abordagem clínica e reduzindo o número de componentes em outras ênfases, inclusive as de educação. Ademais, verifica-se o predomínio da importação teórica de autores que não condizem com a realidade brasileira.

A formação/atuação do psicólogo escolar/educacional

No Brasil, nos últimos anos, a formação do psicólogo escolar/educacional se constitui como motivo para inúmeras reflexões e discussões, sobretudo acerca da redefinição do seu papel e sua identidade, além de sua formação acadêmica. Para Guzzo (2001), essa formação representa um grande desafio, pois se faz necessário que haja uma formação desse profissional, sólida e de qualidade, com o domínio de toda a dinâmica do sistema educacional.

Segundo Jobim & Souza (1996), a dificuldade em definir o modelo e as possibilidades de atuação, de alinhar a teoria à prática, são uma das principais deficiências na formação, comprometendo assim, de forma significativa, a contextualização das intervenções realizadas frente às demandas apresentadas no seu exercício profissional. De acordo com Dimenstein (2000), os currículos dos cursos de Psicologia, se espelham e produzem um modelo hegemônico de atuação profissional que determina a representação social que o público tem da Psicologia e do psicólogo. Ainda segundo a autora, esses cursos, apesar das diversas críticas ao longo dos anos ainda são caracterizados, por não possibilitarem ao aluno o conhecimento dos aspectos sociais, históricos, políticos e ideológicos que determinam sua prática e a realidade em que atua.

Corroborando as ideias de Dimenstein (2000), Guzzo (2001) aponta três principais dificuldades na formação de psicólogos educacionais no Brasil: o currículo proposto para formação generalista e específica; ausência de suporte teórico adequado à realidade brasileira e, pôr fim, a ausência de uma exigência de formação específica para atuação nos serviços de psicologia em geral.

Yamamoto (1987) também aborda sobre as dificuldades de formação do psicólogo e as relaciona com a forma como, historicamente, a Psicologia Escolar/Educacional foi formada, crescendo comprometida com o capital e o consumo, servindo principalmente de suporte científico das ideologias dominantes e de auxílio na perpetuação do status quo ao longo de seu percurso de legitimação social.

Ademais, como bem argumenta Dimenstein (2000), a Psicologia vem contribuindo muito para a reprodução das estruturas sociais e relações de

poder, ao invés de exercer um papel questionador e transformador das instituições e das relações interpessoais.

Em consequência das influências sobre o histórico da psicologia escolar, Martinez (2005) afirma que foi desencadeada uma representação social sobre o profissional como “diagnosticador”, “solucionador” de todos os problemas da escola, que, infelizmente, perdura ainda hoje, reforçando as práticas tradicionais. Nesse sentido, Andrada (2009) afirma que ainda existe a necessidade de redefinição do papel do psicólogo nas instituições educacionais visando, sobretudo, uma prática sob uma perspectiva mais preventiva e interdisciplinar.

Segundo Martín-Baró (1997), o psicólogo não tem claro como o conhecimento que utiliza conceito e técnicas é produzido e a quem beneficia. Para Botomé (1996) a adesão inquestionável a teorias, técnicas, modelos e rituais profissionais condicionam determinadas classes de respostas, consideradas suficientes e adequadas para explicar os problemas independentemente dos contextos sociais e individuais, o que proporciona um difícil rompimento com as práticas tradicionais da psicologia.

Atualmente, na literatura, é possível encontrar diversos estudos referentes à formação do psicólogo escolar/educacional, os quais realizam reflexões e relatam novas experiências de atuação deste profissional. Esses avanços teórico-práticos possibilitaram a abertura para outros campos de atuação, como atendimento especializado, trabalho em instituições de acolhimento, postos de saúde, em consultórios particulares, na docência em instituições de ensino superior (MALUF & CRUCES, 2008). Para Sampaio (2011) o surgimento desses novos espaços educativos de atuação provocou mudanças significativas, tanto no sistema educativo como na prática e identidade profissional.

A necessidade de uma constante reflexão sobre a formação oferecida nos mais diversos cursos de formação superior no Brasil fomenta a discussão sobre a relação entre a teoria e a prática dos futuros profissionais, prestes a entrar no mercado de trabalho e aplicar os conhecimentos adquiridos durante a graduação. Tais reflexões têm servido de base para discussões acerca dos programas de estágio.

O Estágio como ferramenta de aprendizado

Historicamente, no Brasil, o estágio esteve ligado ao conjunto de Leis Orgânicas do Ensino Profissional que foram definidas no período entre 1942-1946 (Michels, 2012). No entanto, o marco sobre a obrigatoriedade do estágio foi estabelecido no Decreto de Lei Número 5.452, através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 01 de maio de 1943. Destaca-se, no entanto, que neste período, esta modalidade de formação era voltada à formação comercial, agrícola ou industrial dos estudantes, especificamente com o objetivo de conceder oportunidade de conhecimento do que era ensinado até então (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, BRASIL, 2003).

De acordo com o Conselho Nacional de Educação (2003), a Lei da Equivalência dos Estudos nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que estabeleceu as diretrizes e bases do ensino nacional, tinha como principal objetivo democratizar o acesso ao ensino no país, rompendo a barreira que até então se apresentava entre o ensino superior destinado à “elite”, e o ensino profissionalizante para a classe “operária”. O estágio, nesse contexto, se apresenta como uma forma de mediar a formação às necessidades do mercado de trabalho.

Contudo, somente com a promulgação da Lei do Estágio (instituída através da Lei 6.494, em 7 de dezembro de 1977 e regulamentada em 1982), esse tipo de modalidade de formação se torna pré-requisito obrigatório nas formações profissionais técnicas, nos setores primários e secundários da economia, assim como a área da saúde. Cabendo a cada instituição estabelecer normas e técnicas para seu funcionamento.

No que se refere à função do estágio, o mesmo desempenha papel fundamental frente à formação profissional do aluno, ele propicia a oportunidade de colocar em prática, junto à comunidade, os conhecimentos teóricos obtidos ao longo da sua graduação, propiciando espaços de reflexões sobre o saber-fazer (GONÇALVES, 1999).

Especificamente em relação ao curso de Psicologia, as Diretrizes Curriculares Nacionais apresentaram propostas de estruturação curricular, inclusive em relação aos estágios. Essas propostas sofreram diversas

alterações em suas regulamentações ao longo do tempo, até se chegar à publicação definitiva em 2004.

Segundo Cury e Neto (2014), os primeiros documentos que tratavam do currículo mínimo dos cursos de graduação em Psicologia, são de 1962, ano em que a Psicologia foi reconhecida como profissão. Nesse período, os graduandos tinham a opção de formação em bacharel, licenciatura ou a formação de psicólogo, a qual, na prática, seria a única que permitiria o exercício profissional plenamente.

Ainda em 1962, segundo a Resolução do Conselho Federal de Educação, através do Parecer nº. 403/62 foi estabelecida a obrigatoriedade dos estágios para formação como psicólogo, devendo ocorrer sempre no último ano do curso. Nesse período, os estágios eram oferecidos em três ênfases: clínica, escolar e trabalho, e podiam ser realizados em outras instituições locais.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1997, com o intuito de atender às exigências da LDB (Lei nº 9.394 de 1996), dá início ao processo de formulação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação. Como principal mudança, nesse período, está a formação baseada em competências e habilidades.

Em 07 de novembro de 2001 foi divulgada as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Psicologia aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. Em seu art. 4º, este documento estabelece como conhecimentos básicos, levantar informação bibliográfica, ler e interpretar comunicações científicas, planejar e realizar várias formas de entrevistas, entre outras, como requisitos para os profissionais exercerem as seguintes competências e habilidades: Atenção à saúde; Tomada de decisões; Comunicação; Liderança; Administração e gerenciamento e Educação permanente (BRASIL, 2004).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Psicologia, regulamentadas pela Resolução nº 8 (2004), orientam que os estágios devem ser definidos enquanto práticas integrativas do exercício profissional, voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências em situações de complexidade variada (BRASIL, 2004).

Ademais, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora e procuram assegurar a consolidação e articulação das competências estabelecidas (BRASIL, 2004).

Segundo a Lei número 11.788, de 25 de setembro de 2008, o estágio obrigatório faz parte do projeto pedagógico dos cursos, tendo por objetivo a contextualização entre o aprendizado teórico e prático para o exercício profissional.

Especificamente em relação aos cursos de Psicologia, a Resolução nº 338/2009 do Conselho Nacional de Educação (2011) prevê que a formação nos cursos deve garantir, de forma articulada, as competências de um núcleo comum, seguindo de ênfases diversificadas. De acordo com essa nova Resolução, o estágio supervisionado obrigatório (básico e específico) deverá contemplar, no mínimo, quinze por cento (15%) da carga horária total do curso. O estágio básico deverá ser realizado ao longo do curso, sendo que, o específico deverá ocorrer ao longo dos dois últimos semestres letivos da graduação. Os estágios básicos devem contemplar as ênfases de cada curso, previstas nos seus respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos- PPC. Já nos estágios específicos, o aluno poderá escolher no máximo duas ênfases, previstas no PPC.

Conforme a Resolução CFP nº 003/2007, a supervisão do estágio em Psicologia deve ser realizada por professores psicólogos, registrados no CRP da região específica, sendo o supervisor responsável pela formação técnica do seu estagiário, além da aplicação de métodos e técnicas psicológicas, sendo sua principal função garantir uma capacidade de atuação profissional ética de seu estagiário.

Dentre as possibilidades de atuação no serviço-escola oferecidas, destacam-se os projetos de mediação e intervenção, que podem ser ofertados à comunidade, alunos e setores administrativos, em espaços educativos. E na Clínica-Escola, serviços como triagem, orientação profissional e avaliação e intervenção psicopedagógica (COLBALCHINI et. al. 2015).

No tocante às normas de atuação de estágio em Psicologia Escolar/Educacional, de acordo com o CRP, através da Carta sobre Estágios e

Serviços-Escola, e da Resolução nº 010/2005, o trabalho desenvolvido deve ser baseado no respeito, liberdade e dignidade, de acordo com a Declaração dos Direitos Humanos. Deve promover sempre a qualidade de vida individual e coletiva, contribuindo sempre para a eliminação de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, mantendo sempre uma postura crítica e alinhada com o código de ética que pauta a profissão.

Pesquisas científicas sobre o Estágio em Psicologia Escolar/Educacional

Conforme já mencionado anteriormente, nos últimos anos a produção científica sobre a temática do estágio tem crescido consideravelmente. Tal fato pode ser justificado visto que esse momento de atuação possibilita ao estagiário fazer uma real articulação teórico-prática, o que possibilita, muitas vezes, mediante as demandas que se apresentam, a revisão de práticas e currículos acadêmicos. Dada a importância de tais estudos, para melhor compreensão do estágio e dos desafios impostos por essa prática, serão expostas algumas pesquisas sobre o estágio em Psicologia Escolar/Educacional.

Calado (2014) relatou sua experiência como supervisora de uma turma de estagiários de Psicologia de uma Universidade particular do Rio Grande do Norte, inseridos em instituições educativas públicas. Os estagiários foram divididos em grupos de 3 ou 4 alunos e realizaram o estágio com 15 turmas divididas em 8 escolas. Nesse processo foram realizados entre 6 e 7 encontros para levantamento de demanda na instituição e entre 4 e 5 encontros com as turmas trabalhadas. As supervisões aconteciam antes de cada encontro para discussão de texto, reflexões e planejamento de visitas. No início das supervisões ocorriam relatos dos estagiários de intenso sofrimento e descrença na educação, mediante o cenário encontrado da instituição pública, com uma estrutura precária, discursos fortemente ligados a concepções preconceituosas e excesso de aulas vagas.

Os apontamentos realizados no relato indicaram a importância das supervisões durante o processo de estágio para que, paulatinamente, fosse possível fazer uma ruptura da visão reducionista e adaptativa da Psicologia

Escolar/Educacional, enquanto prática, além da possibilidade de uma nova práxis frente à queixa escolar. Foi possível ainda que percebessem a complexidade do fenômeno escolar e o quanto os discursos ligados a ele, através de seus atores (alunos, família e comunidade), são fortemente atravessados por reducionismo e preconceito. Por fim, foi perceptível uma mudança de atitude em busca de uma escola democrática e de qualidade.

Em relação ao diagnóstico de queixa escolar de crianças e adolescentes, que eram atendidos em serviços públicos de Psicologia, Souza (2005) pesquisou qual a formação que os psicólogos estavam recebendo, quais tipos de práticas estavam sendo ensinadas durante a graduação. Para tanto, o estudo buscou analisar 25 prontuários de queixa escolar de cinco clínicas-escolas de cursos de Psicologia, da cidade de São Paulo. Foram enfatizados dois momentos do atendimento: as entrevistas de triagem e o relatório final do psicodiagnóstico.

Percebeu-se, durante o estudo dos prontuários, que durante as entrevistas de triagem, não eram feitas perguntas que pudessem contribuir para o esclarecimento da motivação do encaminhamento, além da utilização de um modelo de entrevista padronizado que dificultava um olhar psicológico do “caso a caso”. Evidenciou-se ainda, nos relatórios, que as hipóteses elencadas estavam sempre atreladas às questões de ordem individual ou familiar, físicas ou emocionais. Os relatórios finais traziam em comum praticamente sempre os mesmos diagnósticos e desconsiderando as diferenças de cada caso.

No tocante à formação dos estagiários, percebeu-se que todos eles tiveram contato com autores e discussões acerca da queixa escolar, entretanto durante o período de estágio, não conseguiram articular o conhecimento a prática, sendo esta última reduzida ao modelo de atuação clínica.

Já a investigação realizada por Nakamura et.al (2008), buscou conhecer a queixa escolar na cidade de Porto Velho (RO), por meio dos prontuários do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Para tanto foram analisados 634 prontuários, entre os anos de 1993 e 2006. Os prontuários foram analisados pela categorização de Souza (1997), no estudo foi acrescentado como categoria “causa apontada pelos familiares”. Os resultados evidenciaram que 77% dos atendimentos eram direcionados a meninos com idade entre 05 e 14 anos, cursando os primeiros anos do ensino

fundamental em escola pública e com renda familiar de um salário mínimo. Ademais, as categorias com maior incidência de queixa foram os problemas de aprendizagem e de atitude.

Quanto aos atendimentos realizados na clínica-escola, estes eram baseados em acompanhamentos psicopedagógicos e psicodiagnósticos, além da ludoterapia. Porém os atendimentos desconsideravam totalmente os diversos atores sociais envolvidos no fracasso escolar, visto que não buscavam compreender o contexto escolar e as relações que o circunscreve.

Os resultados corroboram com pesquisas nacionais de mesmo cunho, onde a queixa escolar sofre um processo de patologização, psicologização e medicalização, bem como recebe atendimento na clínica-escola, onde não se consideram os diversos atores da produção do fracasso escolar, nomeando o aluno e seus familiares pelos problemas constitucionais e emocionais.

No estudo realizado por Machado (2014), objetivou-se conhecer os problemas e desafios que se apresentam na formação dos alunos de Psicologia. Para tanto, foram apresentados relatos e situações presentes durante as supervisões dos estagiários do Curso de Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo dos anos 2009, 2010 e 2011. As supervisões eram realizadas semanalmente, um dia antes da atuação dos estagiários, nesse momento eram feitos relatos dos estágios, leituras, reflexões e encaminhamentos sobre as próximas intervenções.

O estudo aponta a necessidade da supervisão na formação do graduando, na articulação teoria-prática. Ressalta também o desafio que é levar os estagiários a uma reflexão crítica da sua atuação, desfazendo procedimentos cristalizados, através da desconstrução de conceitos pré-estabelecidos. O desafio é especificamente direcionado para possibilitar uma formação crítica dos estagiários sobre as demandas apresentadas, além de manter um olhar sobre o sujeito, considerando as diversas variáveis que influenciam seu comportamento.

Outro importante relato de experiência de estágio refere-se ao de Lima (2009), realizado por alunos de Psicologia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, em unidades de CEINFs (Centros de Educação Infantil) de Campo Grande. O referido estágio foi realizado por 20 alunos e teve como

objetivos o conhecimento e análise do espaço institucional de educação infantil, o reconhecimento da atuação psicológica e o planejamento de intervenções.

Dentre os apontamentos do relato de experiência, destaca-se a persistência no modelo clínico de atuação da Psicologia Escolar/Educacional, partindo não apenas dos estagiários, como da expectativa dos personagens da intervenção, colocando mais uma vez a Psicologia Escolar/Educacional em posição de ciência diagnosticadora e classificatória de indivíduos. Romper esses conceitos do psicólogo como “ajustador” de comportamentos ainda é a principal dificuldade encontrada por estagiários e profissionais da área.

No estudo realizado por Câmara (2004), que teve por objetivo investigar as concepções da prática em Psicologia Escolar/Educacional e as práticas nas instituições educativas, através do ponto de vista da formação acadêmica, representado pelo estágio supervisionado, considerado como etapa decisiva na formação do graduando. Para tanto, a pesquisa buscou analisar os relatórios finais dos estágios dos graduados da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, das décadas de 1980 e 1990.

Percebeu-se, por meio da análise dos relatórios de 1980 que havia um modelo de atuação educativa e clínica, sendo esta última predominante. Nos relatórios analisados da década de 1990, apesar de ambas as práticas de atuação ainda coexistirem, ressalta-se a prevalência da atuação voltada ao modelo mais educativo.

No tocante a concepção dos estagiários, sobre a importância do estágio, para a formação profissional, destaca-se que nos relatórios produzidos na década de 1980, ambos os relatos apontavam para importância do estágio, entretanto com discursos padronizados. Já os relatórios de 1990, além de também trazerem o discurso da importância do estágio, muitos relatos começam a trazer questionamentos sobre a dificuldade em romper o modelo clássico de atuação da Psicologia Escolar/Educacional, frente às expectativas institucionais impostas.

Observou-se que os discursos dos relatórios sobre a prática e a concepção da Psicologia Escolar/Educacional acompanhavam o movimento da Psicologia crítica, que, com o passar do tempo, ganhava mais força nas discussões e reflexões sobre a prática do psicólogo da área.

A pesquisa realizada por Gomes e Vieira (1999) teve como objetivo redimensionar os requisitos técnicos na formação acadêmica do psicólogo, a partir do desenvolvimento de compromisso social e habilidades analíticas interpessoais. Para tanto foi realizada uma análise descritiva dos estágios desenvolvidos entre 1994 a 1998, desenvolvidos pelos estagiários da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

No estudo foram descritas as 304 instituições escolares e os respectivos projetos nelas desenvolvidos, categorizando-se as atuações realizadas, respondendo-se às questões: onde, com quem e como se tem trabalhado na área da Psicologia Escolar. Os resultados mostram que, apesar dos esforços dos estagiários e dos supervisores, as escolas ainda esperam dos Psicólogos que estes resolvam os conflitos diários de relações interpessoais e de alunos - problema. A atuação propriamente dita corresponde às mesmas demandas encontradas há dez anos.

Preocupada com a evolução das discussões sobre a formação e atuação em Psicologia Escolar no Brasil, Almeida (1999) se interessou por pesquisar os Anais de quatro Congressos Nacionais de Psicologia Escolar, que foram promovidos pela ABRAPEE, entre 1991 e 1998. O estudo teve por objetivo analisar o conteúdo, apontando as evoluções e suas implicações práticas, além da contribuição efetiva no embasamento prático da psicologia escolar. Para tanto, foram analisados 102 trabalhos publicados. Os resumos analisados na pesquisa foram divididos em três categorias, sendo elas: relatos de pesquisa, relatos de experiência e reflexões teóricas. Dentro da categoria reflexões teóricas destaca-se a ampla produção 34% sobre a dificuldade de contextualizar a atuação frente à realidade apresentada e o predomínio da atuação ainda voltada ao modelo clínico. Ao analisar os relatos de experiência de estágio constatou-se que 45,8% buscaram intervir de forma que não fossem exclusivamente centradas nos alunos. No que concerne aos relatos de pesquisa, referindo-se à formação, 60,86% discutem a necessidade de reformulação dos currículos e a necessidade de se articular a teoria à prática.

Os resultados evidenciaram que as produções, apesar de diversificadas, permaneciam restritas em fazer apontamentos críticos, com pouco ou nenhum apontamento para possíveis soluções o que acarretava numa produção que pouco contribui para reflexões de novas práticas. Ressalta-se, ainda, os relatos

de estágios e profissionais, os quais em sua maioria, indicam problemas e dificuldades, no que concerne à formação acadêmica e a realização de práticas ancoradas em modelos preventivos e remediativo. O estudo conclui indicando a dificuldade da psicologia escolar se estabelecer e ressignificar suas práticas.

A pesquisa realizada por Mazieiro e Carvalho (2012), no segundo semestre de 2009 e primeiro semestre de 2010, com um grupo de cinco supervisores de campo de estágio, através de entrevistas estruturadas, identificou as diversas contribuições que o professor supervisor pode oferecer para o estagiário no processo de inserção no ambiente escolar. Dentre as diferentes contribuições apresentadas pelos supervisores, está a segurança que devem transmitir ao estagiário no desenvolvimento de suas atividades, bem como o controle sobre atitudes e procedimentos, enfatizando aqueles que precisam ser melhorados e que necessitam de uma maior atenção do estagiário.

Em estudo realizado por Santos e Nóbrega (2017), teve por objetivo investigar a importância dos estágios, através da perspectiva dos graduandos, para a formação do psicólogo no curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo, de caráter qualitativo, com fundamento na Psicologia Sócio-histórica, em que se trabalhou com grupo focal com a participação de seis estudantes de Psicologia, sendo que três delas estavam realizando as práticas de Estágio Básico e as outras três estavam atuando no Estágio Específico.

Foram realizados dois encontros desse grupo, na própria Universidade, tendo duração mínima de 50 minutos, cada. Nos encontros, foram abordados os temas: trajetória da formação do aluno de Psicologia; apresentação dos estágios; aspectos dos estágios que contribuem para a formação em Psicologia; e relevância dos estágios para a formação em Psicologia. Os resultados indicaram que o estágio exerce um papel relevante por oportunizar experiências que contribuem para a formação em Psicologia e para permitir aproximações com a prática profissional. Através dele, as estagiárias têm a oportunidade de articular a teoria com a prática, pois ao serem inseridas em determinados campos, buscam contextualizar a teoria e as discussões em sala de aula com a realidade encontrada nas instituições e nas comunidades.

De maneira geral, verificamos que os estudos citados, apresentam semelhanças por tratarem do estágio supervisionado, partindo do pressuposto da importância que estes representam na vida acadêmica do graduando. Entretanto, se diferenciam ao mostrar pesquisas que envolvem a pontos de vista de três personagens fundamentais: alunos, supervisores e pesquisadores, o que contribui para uma análise mais profunda do objeto de pesquisa apresentado.

Considerações Finais

Diante do objetivo proposto nesse estudo, foi possível refletir sobre as problemáticas enfrentadas pelo graduando em Psicologia durante o estágio, especificamente por aqueles que optam por uma prática educacional. O estudo demonstrou o esforço na aplicação de uma Psicologia Escolar/Educacional com um viés crítico, embora ainda se apresente diversas dificuldades em sua execução, seja pela falta de preparo dos estagiários ou pelas expectativas das instituições, ancoradas ainda na representação social de um profissional que apenas diagnostica e resolve os problemas de aprendizagem dos alunos.

Contudo, foi possível observar inúmeros avanços nas concepções acerca da Psicologia Escolar/Educacional, mediante questionamentos e publicações sobre a prática e a identidade do psicólogo. No entanto, é necessário reconhecer a dificuldade dos currículos acadêmicos para associarem o conhecimento teórico-prático e para ofertar conteúdos que contemplem a realidade social que o graduando encontrará no estágio e no mercado profissional. Faz-se necessário romper com as práticas tradicionais e consolidar novos campos de estágio e de atuação, fora do contexto estritamente escolar.

Defende-se, assim, a necessidade da insistência por essa luta na construção de um psicólogo escolar/educacional formado mais próximo à realidade social. Considera-se que o psicólogo só conseguirá, de fato, realizar um trabalho de reflexão e de transformação educativa, se tiver por base uma perspectiva crítica de atuação, expandido suas possibilidades de atuação. Considera-se que essa prática só poderá ser mais efetiva quando os currículos

e, conseqüentemente a formação adquirida através do estágio, tiver uma visão da realidade dos atores sociais como um todo.

THEORETICAL REFLECTIONS ON THE PRACTICE OF THE STAGE SUPERVISED IN EDUCATIONAL PSYCHOLOGY

ABSTRACT

The internship in School / Educational Psychology constitutes a relevant subject, since this type of resource is a mandatory prerequisite in the professional formation of undergraduate students in Psychology, having as main objective to train the student for a formation based on the relation theory - practice. Thus, this study had as objective to analyze the content of the literature production on the practice of the supervised internship in School / Educational Psychology, to reflect on the psychologist's training, its difficulties and challenges. This is a review of systematic literature, in which national article surveys were conducted in the Scielo database and in book chapters that discuss empirical studies carried out with area trainees with the objective of making a brief mapping of knowledge production on the topic of internship in Psychology. The results obtained in the analysis of the investigated literature evidenced numerous theoretical advances, regarding the importance of the internship in professional training, but indicated the difficulty of academic curricula to break with traditional practices and to structure aligning theoretical and practical knowledge, offering contents that contemplate the new social demands.

Key words: Internship. Educational Psychology. Experience.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, S. F. C. de. **O psicólogo no cotidiano da escola: ressignificando a atuação profissional.** In: GUZZO (Org.) Psicologia Escolar: LDB e Educação. Campinas: ed. Alínea, 1999.

ANDRADA, E.G.C. de. **Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar.** Psicologia Reflexão e Crítica. v.18 n.2 p.196-199, 2005.

ANTUNES, M.A.M. **A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição.** São Paulo: Unimarc; Educ, 1998.

BOTOMÉ, S. P. **Serviço à população ou submissão ao poder: O exercício do controle na intervenção social do psicólogo.** Estudos de Psicologia. p. 173-202, 1996.

Brasil. (07 de dezembro de 1977). Coordenação de estudos legislativos – CEDI. Brasília. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências.

Brasil. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior (2004). Resolução CNE/CES008/2004, aprovada em 07 de maio de 2004.

Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional \(LDB\)](#). CAPÍTULO IV, Educação Superior.

CALADO, V.A. **Estágio em psicologia escolar e educacional: ruptura com a medicalização da educação.** Psicologia Escolar e Educacional. v. 18, p. 567-569, 2014.

CÂMARA, R. A. de M.; **Concepções e práticas da psicologia escolar: um olhar através do estágio curricular supervisionado.** 107 f. Dissertação, UFRN, Natal, 2004.

COBALCHINI C. C. B. et. al. **Caderno de orientações serviços-escola de psicologia do Estado do Paraná.** 1ª ed. Curitiba: Conselho Regional de Psicologia do Paraná. 2015.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP 06). **Recomendações aos Serviços – Escola de Psicologia do Estado de São Paulo: Compromisso ético para a formação dos Psicólogos,** São Paulo, 2010.

Conselho Federal de Psicologia/Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia. **Carta de Serviços Sobre Estágios e Serviços-Escola.** Brasília, Setembro/2013. 1ª Edição.

Cury, B. M., & Ferreira-Neto, J. L. **Do Currículo Mínimo às Diretrizes Curriculares: os estágios na formação do psicólogo.** Psicologia em Revista, 20, 494-512, 2014.

Dimenstein, M. **A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: Implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde.** Estudos de Psicologia, 5 (1), p. 95-121, 2000.

DIMENSTEIN, M. D. B. **O psicólogo nas unidades básicas de saúde: desafios para formação e atuação profissional.** Estudos de Psicologia, v. 3, 1998

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GOMES, L.; VIEIRA, J. V. V. **Psicologia na educação: descrição das intervenções em estágio acadêmico.** Trabalho apresentado no Congresso IberoAmericano de Psicologia. Caracas, Venezuela. 1999.

LIMA, M. de F. E. M. **Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar: desmistificando o modelo clínico.** Psicologia Ciência e Profissão. V. 29, n. 3, 2009.

MACHADO, A.M. **Exercer a postura crítica: desafios no estágio de Psicologia Escolar.** Psicologia Ciência e Profissão, p. 761-773, 2014.

MARCONI, M.A.; LAKATOS E.V. **Fundamentos da metodologia científica.** 6ªed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS E.V. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e análise de dados.** 6ªed. São Paulo: Atlas, 2007.

MALUF, M.F.; CRUCES, A.V.V. **Psicologia educacional na contemporaneidade.** Boletim Academia Paulista de Psicologia, p.87-99, 2008.

MARTINEZ, Albertina Martinez (Org.) **Psicologia Escolar e Compromisso Social: novos discursos, novas práticas.** Campinas, SP Ed. Alínea, 2005.

MARTÍN-BARÓ, I. **O papel do psicólogo.** Estudos de Psicologia, 2(1), 7-27, 1997.

MAZIEIRO, A. da R.; CARVALHO D. G. **A contribuição do supervisor de estágio na formação dos estagiários.** Acta Scientiae, v.14, n.1, jan./abr. 2012

MICHELS, Expedito. **O papel do estágio supervisionado e a contribuição do trabalho de curso para a formação de profissionais de administração.** Dissertação, UFSC, Florianópolis, 2012.

NAKAMURA, M.S. et.al. Desvendando a queixa escolar: **Desvendando a queixa escolar: um estudo no Serviço de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia.** Psicologia Escolar Educacional. vol.12, n.2, p.423-429, 2008.

SAMPAIO, R. K. N.; BARIANI I. C. D. **Procrastinação acadêmica: Um estudo exploratório.** Estudos Interdisciplinares em Psicologia. Londrina, v. 2, nº. 2, 2011.

SANTOS, A.C.; NÓBREGA, D.O. **Dores e Delícias em ser Estagiária na Formação em Psicologia.** Psicologia: Ciência e Profissão Abr/Jun. v. 37 nº2, 515-528. 2017

SILVA, M. B. da (Org.) **Consultoria em Psicologia Escolar/Educacional: princípios teóricos e técnicos e contribuições de práticas sistemizadas.** Curitiba: Juruá, 2009.

SOUZA, M.G.F.S. de ; SCHNER, P. D. **Consultoria em Psicologia Escolar/Educacional: relato de experiência como estudante e como profissional.** In: SILVA, M. B. da (Org.) **Consultoria em Psicologia Escolar/Educacional: princípios teóricos e técnicos e contribuições de práticas sistemizadas.** Curitiba: Juruá, 2009.

SOUZA, M.P.R. de. **Prontuários revelando os bastidores do atendimento psicológico à queixa escolar.** Estilos da clínica, Brasil, v.10 n.18 p.82-107, 2005.

Yamamoto, O. H. **A crise e as alternativas da Psicologia.** São Paulo: EDICON, 1987.